

Deputado Barros Munhoz, V. Exa. diz que não concorda com determinadas obstruções, mas é importante frisar que, muitas vezes, a própria base do Governo não dá o quorum nas comissões presididas pela oposição e não permite a convocação de determinados secretários. Às vezes, pede vista em determinados requerimentos.

Recentemente, na Comissão de Infraestrutura, o secretário de Recursos Hídricos não respeitou o prazo de 30 dias para vir a esta Casa, com base na obrigação que tem, determinada pelo Art. 52. Isso também é descumprir o Regimento e as normas; isso também é impedir que esta Casa seja grande e cumpra com as suas funções como deve, respeitando o povo e fazendo um grande debate.

Deputado Barros Munhoz, V. Exa. parece ter cometido outro equívoco, porque muitos dos temas propostos nas CPIs podem ser apurados pelas comissões permanentes. Não possuem fatos relevantes que justifiquem uma CPI. Essa é a nossa questão de Ordem.

Se nós conseguimos avançar com algumas CPIs na legislação anterior, foi porque tivemos que recorrer à Justiça. Conseguimos derrubar algumas. Afinal, desde o primeiro dia, o primeiro segundo da legislação anterior, a mesma tática foi utilizada. Apresentaram 11 pedidos de CPIs, impedindo que tivéssemos outras ao longo do tempo. Tivemos que ir à Justiça, que anulou alguns pedidos. Assim faremos neste caso, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Deputado Alencar, V. Exa. está fazendo uma reclamação quanto a qual ponto do Regimento Interno que não foi observado?

Doravante, antes de fazer uma reclamação, o deputado deverá indicar o dispositivo sobre o qual pretende fazê-la, para que não vire um expediente de debates paralelos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança da Minoria, tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, primeiramente gostaria de saudar as pessoas que estão nas galerias, os assistentes sociais e psicólogos que estão lutando por uma causa, pela aprovação do PLC 06/13.

É extremamente justo, até porque conhecemos as deficiências que existem nas ações da Justiça, em função da carência desse tipo de profissional. Sabemos que os assistentes sociais e os psicólogos desenvolvem tarefas extremamente importantes, sobretudo em algumas áreas que são muito sensíveis, como a questão da adoção de crianças, da violência contra crianças e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

No caso da adoção, por exemplo, é preciso que o processo seja acompanhado por assistentes sociais. É preciso que a família que vai adotar receba orientação dos assistentes sociais e dos psicólogos e discuta o tipo de comportamento que precisa desenvolver para receber um filho adotivo. Eles preparam as pessoas de forma adequada para que isso ocorra. Mais do que isso, nos casos de violência, seja física, moral ou sexual, sabemos como esses profissionais estão preparados para lidar com isso e como desenvolvem um trabalho muito sério nesse sentido.

Por isso, Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores é totalmente favorável à aprovação desse projeto. Mais do que isso, gostaríamos de apelar à vossa sensibilidade para que esse projeto seja pautado o mais rapidamente possível, devido à sua importância para o bom desenvolvimento da Justiça, especialmente nesses aspectos e áreas que acabei de citar.

Essa é uma luta antiga desses profissionais. Durante vários anos buscou-se que a Justiça pudesse tê-los, pois são especializados em determinadas áreas que podem contribuir muito na redução dos traumas, do sofrimento emocional e do sofrimento físico, amenizando as dores de uma criança que foi submetida a uma violência, de uma criança ou adolescente que foi submetido a uma violência sexual ou física, a um estupro ou assédio. Sabemos que isso pode acompanhar essa pessoa, essa criança, pelo resto de sua vida. Disponibilizar o trabalho gratuito desses profissionais na Justiça é fundamental. Dezenas deles precisam ser incorporados para poderem amenizar essas dores.

As deputadas Marcia Lia e Ana do Carmo, assim como as outras deputadas que estão aqui, sabem da importância do que estou dizendo. Meus companheiros de partido e os outros deputados da Minoria, do PCdoB e do PSOL, a quem também represento com muita honra nesta tribuna, também têm essa noção.

Temos certeza de que não haverá, por parte da minoria desta Casa, nenhum impedimento. Muito pelo contrário. Faremos toda pressão necessária para que este projeto entre em pauta e seja votado o mais rapidamente possível.

Por tanto, contem conosco, contem com o nosso trabalho.

Outro ponto que gostaria de comentar diz respeito à aprovação, há pouco, desta comissão de representação para acompanhar as cidades que estão com epidemia de dengue. E não são poucas no estado de São Paulo. Aliás, o estado de São Paulo hoje é o campeão em casos de dengue em todo o País, é o estado onde mais casos tem se comparado a todos os estados que compõem o Brasil. E precisamos tomar uma atitude. Esta Casa precisa acompanhar até para saber que políticas públicas na área da Saúde estão sendo adotadas pela Secretaria Estadual da Saúde para reduzir a incidência desta doença na população paulista. E posso dizer pela minha cidade, Catanduva.

Segundo fontes não oficiais, já foram a óbito 60 pessoas vítimas da dengue. Não é pouca coisa. Ainda que tivesse falecido uma pessoa já seria muito. Sessenta é para ficar extremamente preocupado, o que justifica a necessidade de se tomar medidas imediatas e rigorosas para fazer algo que possa combater com eficiência esta doença que prolifera em muitas cidades do estado. Cito a região de Sorocaba, Piracicaba, Rio Claro, Limeira, Catanduva, dentre outras cidades que estão sofrendo muito com essa doença.

Recentemente conversei com o coordenador de doenças do estado de São Paulo, que me disse vem acompanhando os casos no estado.

Ora, não basta acompanhar. Além de acompanhar é preciso também desenvolver um conjunto de medidas e iniciativas capazes de ajudar os municípios a combater a doença porque os hospitais estão na sua capacidade máxima de atendimento. Em algumas cidades é preciso inclusive que a Secretaria Estadual da Saúde conceda autorização para que se instale um hospital de campanha para ajudar no atendimento às milhares de pessoas que vêm se contaminando pelo Aedes aegypti.

Portanto, quero deixar registrado o agradecimento a todos os deputados que aprovaram esta comissão e o convite também àqueles que queiram fazer parte desse trabalho a fim de visitarmos os municípios e constataremos aquilo que está sendo feito e, se for o caso, fazermos as audiências necessárias junto à Secretaria Estadual da Saúde para conseguirmos mais recursos, para conseguirmos o deslocamento de técnicos, para conseguirmos equipamentos, para conseguirmos o inseticida que faz o fumacê na cidade ajudando assim no combate a esta doença.

Não é possível que o estado de São Paulo, o estado mais desenvolvido do País, ainda conviva com uma doença como esta, quando poderíamos ter trabalhado de forma efetiva na sua prevenção.

Concluindo quero apenas dizer ao deputado Barros Munhoz, a quem respeito muito, que a nossa condição de partido de oposição muito me orgulha. Quando nós nos retiramos muitas vezes e ficamos aqui, como V. Exa. disse, escondidinhos nesse cantinho, nós o fazemos com a convicção de se tratar da melhor atitude naquele momento para melhorar a vida da população paulista, por se tratar da atitude mais adequada

para derrubarmos alguns projetos que consideramos prejudiciais à população ou por se tratar da atitude mais adequada para podermos aprimorar determinados projetos. É por isso que utilizamos desse expediente legítimo e democrático da obstrução e vamos continuar fazendo isso enquanto entendemos que esta Casa precisa, sim, respeitar a minoria, garantir o direito dessa minoria, para que possamos aqui avançar, ter os mesmos direitos que tem a base governista nesta Casa.

Não é possível que tenhamos 14 CPIs protocoladas aqui, nesta Casa, e todas são relevantes e foram de iniciativa individual de cada deputado que a apresentou. Infelizmente, tenho quase certeza de que houve, sim, uma pressão, por parte do governo, para que protocolasse essa Comissão Parlamentar de Inquérito no sentido de impedir que a bancada do Partido dos Trabalhadores, que a minoria nesta Casa, pudessem fazer as investigações que esse governo necessita, sobretudo, em áreas cujo problema estamos sentindo na pele, que é a crise hídrica e a questão dos transportes coletivos.

Entendemos que é absolutamente legal e legítima essa nossa posição e, com certeza, continuaremos a ter.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Convido a nobre deputada Beth Sahão para vir aqui à Presidência para discutirmos uma questão regimental da Comissão de Representação.

Comunico a honrosa presença do nosso prefeito de General Salgado, Leandro Rogério de Oliveira, que veio aqui acompanhado do deputado Luiz Fernando Machado. Peço uma salva de palmas. (Palmas.)

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcel, pelo prazo regimental de 10 minutos.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham pelas galerias, quero externar a total solidariedade da bancada do PSOL com a luta valente dos nossos psicólogos e dizer que psicologia, numa época em que não só as crianças que demandam esse trabalho de fundamental importância no Judiciário, mas numa época em que o maior remédio vendido no Brasil é o Rivotril, numa época em que a depressão ganha tantos estudos, a psicologia, hoje, é de fundamental importância, não só dentro do nosso Judiciário, para atender crianças e adolescentes, mas também deveria se fazer presente na nossa Rede Pública de Educação.

Quero aqui dizer que a bancada do PSOL tem a total solidariedade com essa demanda. Esperamos que na próxima terça-feira, na próxima reunião de Colégio de Líderes, possamos discutir este tema e colocar na nossa pauta de discussão e votação.

Sr. Presidente, tenho ouvido nesta Casa, desde a abertura dos trabalhos legislativos, essa discussão pelos corredores, no Colégio de Líderes e aqui na tribuna, da falta, talvez entre aspas, de uma relevância política da Assembleia Legislativa, uma falta, também entre aspas, de uma presença da Assembleia Legislativa no debate nos meios de comunicação de massa como a televisão. É o fato de a imprensa de São Paulo já não se fazer presente nas galerias da Assembleia Legislativa há muitos anos. Eu estive aqui numa legislação e em apenas duas votações tivemos a presença da imprensa de São Paulo, a chamada grande imprensa, acompanhando os trabalhos da Casa.

Quero dizer que, na minha avaliação, temos dois motivos fundamentais e que não vão se resolver por conta de número maior de projeto sendo apreciado por este Plenário. O primeiro motivo é que existe uma fadiga administrativa. Franco Montoro, quando assumiu o governo de São Paulo, chamou o José Serra para seu secretário de Planejamento. José Serra, então, veio, trabalhou com Franco Montoro. Franco Montoro saiu, chegou o Fleury e tinha como seu vice o Aloysio Nunes, hoje senador da República pelo estado de São Paulo. Depois, veio Covas, Alckmin, Covas, Alckmin, Covas, Alckmin e Alckmin. São 32 anos, 32 anos! Em alguns lugares, as pessoas comentam até que nós vivemos hoje no "Tucanistão". São 32 anos sob administração dos tucanos no estado de São Paulo. Não existe uma fadiga porque não existe mais iniciativa legislativa de grande monta.

Eu lembro que o grande projeto que o Serra mandou para esta Casa, o deputado Barros Munhoz vai se lembrar disso também, foi para acabar com o uso de cigarro em local público. As galerias se encheram de pessoas, veio a imprensa. Também teve o SPPrev. De lá para cá não tem mais tema, porque tem uma fadiga, não tem mais iniciativa legislativa. São 32 anos de administração de Estado.

E não é por falta de problema, não é por falta de problema. Vou citar alguns problemas que nós temos no estado de São Paulo e que eu acho que a Assembleia precisava debater. Para além das questões de disputa eleitoral, oposição, situação, tem o povo, que é o soberano, está na Constituição. Aliás, já no século XVIII, defendiam que nenhuma lei poderia entrar em vigor se o soberano, aquele que vai se sujeitar a ela, não fosse consultado. Está lá o nosso grande Rousseau, inspirador da Revolução Francesa, primeiro dos grandes juristas no mundo. Do povo nós precisamos lembrar.

E o povo de São Paulo não tem água para beber. Para além da situação eleitoral, existe uma situação concreta: não tem água. E a Sabesp gasta bilhões e bilhões com consultorias para diminuir as perdas de água. Inclusive, a primeira iniciativa, quando retornei a esta Casa, foi um requerimento.

Eu quero saber das empresas, do senhor Gesner Oliveira, que foi presidente da Sabesp, quanto ele já ganhou prestando consultoria à Sabesp para redução de perdas, porque as perdas não reduzem. Quarenta por cento de perda de água é mais que o sistema Cantareira inteiro.

O Sintaema está sofrendo demissões. Eles querem tirar os trabalhadores concursados de sindicatos, porque o trabalhador concursado anda de cabeça erguida, anda de espinha reta na Sabesp e faz denúncia contra a corrupção lá dentro. O trabalhador da Sabesp concursado vem às galerias criticar deputado, pressionar, dar sugestão. Trezentas demissões na Sabesp. Inclusive, um diretor da Sabesp, o histórico Marzeni, foi demitido nesse rolo compressor para acabar com a voz crítica lá dentro. E estão dizendo, segundo o Sintaema, que vão ser 600 demissões na Sabesp.

Essa é uma questão que é muito para além do Parlamento. É uma questão até de funcionamento da democracia. O povo de São Paulo não tem água para beber. Tem uma investigação na Câmara Municipal, mas a Sabesp é estadual, responde a esta Casa, que não está discutindo essa questão.

* * *

- Assuma a Presidência o Sr. Carlos Bezerra Jr..

* * *

Aliás, eu acho, presidente Capez, que, claro, o Judiciário é importante, mas nós devemos abrir uma agenda urgente nesta Casa de projetos de lei que enfrentem a crise hídrica. Vou citar um exemplo bem prático. Em Tóquio, a perda de água é de cinco por cento. A Sabesp, em São Paulo, tem perda de 40 por cento. Se a atual gestão da Sabesp não tem nem visão de chamar, estabelecer convênio, cooperação técnica, pegar avião, descer no Japão para conversar e ver como eles conseguiram reduzir lá e ter uma perda tão pequena, esta Casa deveria cumprir o seu papel e forçar para que isso aconteça.

Agora, o governador vai gastar alguns bilhões com o sistema São Lourenço e uma parte dessa nova captação vai se perder na nossa tubulação, que é enterrada, mas, enfim, a nossa história é assim, uma tubulação enterrada que está cheia de fissuras por conta da pressão. Quarenta por cento da água vai embora.

Este é um assunto importantíssimo. Eu vi a lista das CPIs, estou com elas aqui. Não quero desmerecer nenhuma, acho que todas são importantes e relevantes. Cinco CPIs. Aliás, já está publicado, já estão valendo essas CPIs, nomeando os membros, já vão começar a funcionar. E nenhuma CPI está falando sobre a questão da água. É como se não estivesse acontecendo. Meu Deus do céu! Ligo a televisão e é todo dia, em todos os canais, em todos os jornais vejo problema de abastecimento de água no estado de São Paulo. "Ah, mas chegaram as águas de março", da grande música de Tom Jobim. As águas de março estão aí e deram uma escondida no problema, mas já estão terminando.

Vamos começar a estiagem novamente. Teremos junho, julho, agosto, setembro, outubro e, até voltarmos com as águas de março, a população de São Paulo vai continuar sem água. Essa é uma questão fundamental.

Mais de 300 municípios são atendidos pela Sabesp, assim como a cidade de São Paulo. Vai ser difícil para as pessoas dessas cidades ficar sem água, e a Assembleia não toma nenhuma iniciativa, seja legislativa, seja investigativa ou de qualquer tipo. Nada. A Assembleia não está debatendo e nem fazendo algo a respeito. Isso sim desprestigia a Casa. Essa é uma questão fundamental. Acho que o presidente tem que abrir uma agenda de projetos nesse sentido.

Outra questão fundamental. Acho que a valorização do Parlamento de São Paulo passa por entrar na agenda concreta, que está nas ruas, que está na boca da população. A agenda concreta neste exato momento é a greve dos professores.

Fui a uma reunião com professores e saí de lá envergonhado. Mostraram os holerites. Um professor PEB I, que trabalha com nossas crianças no ensino fundamental, recebe dez reais por hora-aula. Hoje, qualquer serviço prestado, como corte de cabelo ou outro qualquer, cobra mais do que isso. Por uma hora de trabalho com nossas crianças um professor PEB I e PEB II recebe dez reais. Essa é a situação.

O governo de São Paulo criou uma figura jurídica esdrúxula, o professor categoria "O", que trabalhou ano passado e agora está na chamada duzentena. Por 200 dias ele não pode lecionar. Está afastado, está fazendo bico. Como tivemos a demissão, já que esses 30 mil professores estão afastados, estamos tendo fechamento de salas de aula. Eu vi o relatório da Apeoesp. São três mil salas de aula fechadas por conta desses professores categoria "O". São professores que não podem trabalhar em função da duzentena.

Os professores estão em greve na minha cidade, Sorocaba. Houve uma manifestação ontem e há uma manifestação marcada para sexta-feira. São manifestações acontecendo em várias cidades do estado de São Paulo. A Assembleia precisa enfrentar essa agenda. Se a Assembleia enfrentar essas agendas, ela se valoriza. Não é discurso que vai valorizar a Assembleia. São ações concretas, com intervenção naquilo que afeta diretamente a vida do povo de São Paulo, que valorizarão a Assembleia.

Essas são as questões que estão afetando, neste exato momento, a vida do povo de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS BEZERRA JR. - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje. Esta Presidência lembra V. Exas. da sessão extraordinária a ter início às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levante-se a sessão às 18 horas e 12 minutos.

* * *

24 DE MARÇO DE 2015

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ

RESUMO

ORDEM DO DIA

- 1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1005/13.
- 2 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PL 1005/13.
- 3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Tece considerações sobre a deliberação de matérias no início da atual legislação. Encerra a discussão e coloca em votação o PL 1005/13.
- 4 - ENIO TATTO
Encaminha a votação do PL 1005/13, em nome do PT.
- 5 - BARROS MUNHOZ
Encaminha a votação do PL 1005/13, em nome do PSDB.
- 6 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, rebate o discurso do deputado Barros Munhoz.
- 7 - JOSÉ AMÉRICO
Encaminha a votação do PL 1.005/13, pela liderança da Minoria.
- 8 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Coloca em votação e declara aprovado o PL 1005/13.
- 9 - CARLOS GIANNAZI
Requer verificação de votação.
- 10 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
- 11 - MILTON LEITE FILHO
Informa que a bancada do DEM está em obstrução ao processo de votação.
- 12 - GERALDO CRUZ
Informa que a bancada do PT está em obstrução ao processo de votação.
- 13 - CORONEL CAMILO
Informa que a bancada do PSD está em obstrução ao processo de votação.
- 14 - ANDRÉ DO PRADO
Informa que a bancada do PR está em obstrução ao processo de votação.
- 15 - DAVI ZAIA
Informa que a bancada do PPS está em obstrução ao processo de votação.
- 16 - CARLOS GIANNAZI
Informa que a bancada do PSOL está em obstrução ao processo de votação.
- 17 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Registra as manifestações.
- 18 - CARLOS GIANNAZI
Solicita a retirada de seu pedido de verificação de votação.
- 19 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido do deputado Carlos Giannazi.
- 20 - GERALDO CRUZ
Declara voto favorável ao PL 1005/13, em nome do PT.
- 21 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Registra a manifestação. Encerra a discussão, coloca em votação, e declara aprovado o PDL 01/15.
- 22 - SEBASTIÃO SANTOS
Declara voto favorável ao PDL 01/15, em nome do PRB.

23 - RAUL MARCELO
Declara voto favorável ao PDL 01/15, em nome do PSOL.

24 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Registra as manifestações. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência:

Discussão e votação do Projeto de lei nº 1005, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre o abono variável e jornada dos conciliadores e mediadores inscritos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, cadastrados no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Pareceres nºs 524 e 525, de 2014, respectivamente das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis.

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, primeiramente gostaria de retomar a discussão que estávamos fazendo alguns minutos atrás sobre os projetos que beneficiam os servidores do Judiciário. Estou me referindo ao PLC nº 6, que foi debatido agora há pouco pelos deputados.

Vários deputados fizeram intervenções em defesa desse projeto, que trata dos cargos dos assistentes sociais e dos psicólogos do Judiciário. São duas carreiras importantes dos servidores do Judiciário, sobretudo no momento em que vivemos, com processos de adoção, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses servidores têm prestado um trabalho fundamental no Judiciário.

Existe um projeto aqui desde 2013, o Projeto de lei Complementar nº 6, que versa sobre a reposição desses cargos. Como tinha colocado anteriormente, em 2012 foi realizado um concurso público para esses dois cargos, pelo Tribunal de Justiça. O concurso vence no mês de agosto e os servidores ainda não foram chamados por conta desse projeto de lei que está paralisado, engavetado aqui desde 2013, mesmo com todos os nossos apelos.

Apresentamos um requerimento de urgência, que já foi aprovado por todos os deputados, e mesmo assim o projeto não foi aprovado até agora. A Assembleia Legislativa não priorizou a aprovação desse projeto. É um projeto que não traz nenhum impacto orçamentário para o erário público, nem para o Tribunal de Justiça e nem para o Poder Executivo, porque os cargos já foram criados. É uma questão de autorização para a contratação desses servidores.

Nós conversamos hoje, em uma audiência pública no plenário Franco Montoro, com vários servidores, psicólogos e assistentes sociais. A situação é dramática porque não há reposição desses cargos, as pessoas estão se aposentando e já há um déficit muito grande nessa área.

O que nós estamos vendo é que processos de adoção, por exemplo, demoram muito. Uma assistente social de um fórum do interior disse que, na comarca dela, eles estão agendando processos de adoção para 2017 por falta de servidores - não tem psicólogo e nem assistente social para dar laudos para que os juízes possam autorizar as adoções.

A Assembleia Legislativa, além de não contribuir, está travando o processo de adoção no estado de São Paulo. Várias crianças que poderiam ser adotadas não estão sendo porque a Assembleia Legislativa travou o PLC nº 6. Sem contar outros processos que correm na justiça de violência sexual contra crianças, de exploração sexual com crianças e adolescentes... Esses processos estão parados porque nós não temos psicólogos e assistentes sociais em número suficiente para atender essa população.

Nós estamos fazendo um apelo para que o Projeto de lei Complementar nº 6, de 2013, seja votado imediatamente em uma sessão extraordinária.

O mesmo eu reivindico em relação ao Projeto de lei Complementar nº 56, de 2013, que institui o nível universitário para os oficiais de justiça. Nós temos essa dívida com os servidores. O estado de São Paulo é o único estado do Brasil que não implantou o nível universitário para os oficiais de justiça. O projeto já passou pelas comissões, nós já tivemos um requerimento de urgência aprovado pelos deputados e só falta votar.

Nós estamos priorizando, nesse momento, o PLC nº 6 e o PLC nº 56.

Nós tínhamos já colocado que nós não votaríamos nenhum outro projeto do Judiciário sem que esses projetos entrassem na pauta. Nós estamos debatendo um Projeto de lei da remuneração dos mediadores e conciliadores do Judiciário, mas esse projeto atropelou uma outra discussão que nós estávamos fazendo.

Eu quero colocar essa questão para ser analisada pelos deputados. Esse projeto que estamos debatendo traz custo para o estado - tem impacto orçamentário. Agora, muitos servidores do Judiciário já exercem esse trabalho e não ganham um centavo por isso. Então, não é justo aprovar um projeto como esse, sendo que temos outros projetos na frente para os servidores que já realizam essa função. É um contrassenso imenso.

Nós defendemos um projeto que possa valorizar mediadores e conciliadores, mas nós temos que rever esse projeto que está sendo discutido hoje. Nós temos que aperfeiçoá-lo e adequá-lo aos interesses e às sugestões feitas pelos servidores do Judiciário, que já estão trabalhando sem ganhar nenhum centavo a mais. São trabalhadores voluntários exercendo essa função importante. Entendemos cada vez mais que o Poder Judiciário tem que encaminhar para mediação, para conciliação, até para desafogar os processos.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é o maior da América Latina e tem um déficit imenso de servidores. Falei do déficit de assistentes sociais e de psicólogos, mas é geral. Temos números dando conta de que faltam 15 mil servidores no Poder Judiciário de São Paulo, porque não há concurso público, não há investimento nessa área.

Os atuais servidores do Poder Judiciário estão com uma sobrecarga imensa de trabalho, estão adoecendo no trabalho, assim como os professores da rede estadual. A situação é a mesma: muitas doenças, inclusive emocionais, psíquicas, e licenças médicas por conta da sobrecarga de trabalho desses servidores. O Tribunal de Justiça tem que realizar concursos públicos de provas e títulos e contratar servidores, para que a Justiça possa atender com mais rapidez a população do estado de São Paulo.

Portanto, gostaria de fazer primeiro este registro: queremos votar o PLC nº 6 e o PLC nº 56. Temos que fazer justiça, pois a Assembleia Legislativa tem uma dívida com os servidores do Judiciário. O mínimo que esta Casa pode fazer é aprovar esses projetos, que são de 2013, principalmente em um momento como esse, em que o governador Geraldo Alckmin está promovendo um verdadeiro ajuste fiscal, penalizando imensamente os servidores públicos do estado de São Paulo.